



Anabatistas sob o Cruzeiro do Sul: a experiência Menonita no Brasil (1930-1945)

*Anabaptists under the Southern Cross: the Mennonite
experience in Brazil (1930-1945)*

Wilson Maske

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professor do Curso de Licenciatura em História e do Curso de Bacharelado em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, PR - Brasil, e-mail: wilson.maske@pucpr.br

Resumo

A imigração de alemães menonitas para o Brasil, notadamente para o Paraná e para Santa Catarina, revestiu-se de um caráter bastante especial, em comparação com outros grupos imigrantes. Originários da Reforma Protestante do século XVI, os menonitas se constituíram num grupo religioso bastante fechado e que rejeitava o contato com o mundo secularizado. Seus fundamentos religiosos se basearam no anabatismo, que rejeitava a ordem constituída, em nível religioso e também na relação do cristão com o Estado. Por esse motivo, os menonitas passaram a ser fortemente perseguidos, o que os fez buscar colonizar áreas despovoadas na Europa e nas Américas, em colônias fechadas, autogovernadas, onde tudo, inclusive atividades econômicas, hospitais e escolas, estava sob seu controle. Esse isolamento levou-os a criar uma identidade religiosa e étnica muito própria e característica, em que a língua alemã exercia um papel

de coesão do grupo e que se fundamentava numa produção de memória histórica bastante ampla. Apesar de pacifistas, muitas vezes os menonitas foram vistos como elementos perigosos que precisavam ser integrados pelos governos dos países em que residiam. Disso resultaram migrações forçadas, como foi o caso dos menonitas que chegaram ao Brasil a partir de 1930, vindos da Rússia soviética. Nesse estudo, será analisado também de que forma os menonitas tentaram implementar um projeto de colonização, primeiro em Santa Catarina e depois no Paraná, que possibilitasse sua sobrevivência econômica, mas também permitisse a manutenção da identidade religiosa e étnica do grupo, privilegiando a produção de fontes pelo grupo.

Palavras-chave: Menonitas no Brasil. Protestantismo. Migração alemã. Identidade religiosa. Identidade étnica.

Abstract

The immigration of German Mennonites to Brazil, mostly to Paraná, developed a peculiar character, in comparison to other immigrant groups. Originated from the Protestant Reformation in the 16th century, the Mennonite Church has been characterized by the rejection of contacts to the non-religious world and by his strict closeness. His religious base is anchored in Anabaptist fundamentals, which reject the worldly order, not only in the religious aspects, but also condemning the relation between the Christian Church and the State. Therefore, the Mennonite communities were strongly persecuted both by State and other protestant churches, what led them to colonize depopulated areas in Eastern Europe first and then in the Americas. This colonization was made in close communities, self-governed, even in the economic activities, hospitals, social care and school system. The closeness made them build a unique religious and ethnic identity, where the German language was fundamental to ensure the group cohesion, the Mennonite identity and the production of a large historical memory. Although their pacifism, sometimes the Mennonites were seen as dangerous elements which had to be forcibly integrated in the host society. These pressures made them abandon Russia to South America, especially to the Brazilian States of Santa Catarina and Paraná. The purpose of this study is also to analyze the Mennonite efforts to build a life that could permit and assure their religious and ethnic identity in the new land.

Keywords: Mennonites in Brazil. Protestantism. German immigration. Religious identity. Ethnic identity.

Introdução

O objetivo do presente trabalho é apresentar os fundamentos da presença de comunidades menonitas no Brasil, desde 1930, ano de sua chegada, até 1945, final da Segunda Guerra Mundial e que marca uma nova fase na história das comunidades religiosas teuto-brasileiras.

Os menonitas são um grupo religioso protestante, surgido na década de 1520 e inicialmente conectado com a Reforma de Ulrich Zwingli. Desiludidos com o que eles julgavam ser uma reforma superficial, se desligaram da Reforma Zwingliana e se direcionaram para um movimento mais radical de cisão, não somente com a ordem religiosa do catolicismo, como também do protestantismo em suas variadas vertentes dominantes. Mas também lhes encaminhou para uma contestação indireta da ordem política e social vigente nos países de língua alemã no início do século XVI.

Não é preciso dizer que essa opção fez com que se voltassem contra os anabatistas todas as forças políticas e religiosas de seu tempo. Não somente as Igrejas estabelecidas, católica, luterana e calvinista, como também os Estados não permitiram tamanha contestação da ordem. Em especial, depois do dramático episódio milenarista e de catarse coletiva de Münster, as forças políticas e eclesiásticas não estavam mais dispostas a qualquer tipo de negociação com os anabatistas. Inclusive, reformadores de importância, como Martinho Lutero, recomendavam o uso da força para extirpar o movimento anabatista, como podemos observar na Confissão de Augsburg, de 1530, onde se recomendava que os anabatistas “fossem caçados como cães danados, vencidos e entregues aos turcos” (CONFISSÃO DE AUGSBURGO, 1986).

De qualquer forma, os anabatistas, apesar de se identificarem profundamente com a Igreja Primitiva, consideram o dia 21 de janeiro de 1525, como o momento de fundação da Igreja Anabatista. Nessa ocasião, segundo a tradição do grupo, teria ocorrido o primeiro re-batismo, ou como preferem os anabatistas, o primeiro “batismo de fé”. O significado desse ato não está baseado tanto na prática apropriada do batismo propriamente dito, mas na criação de um novo corpo eclesiástico, distinto da Igreja Católica e das igrejas protestantes ligadas ao Estado.

Para escapar da perseguição das autoridades do Cantão de Zurique, muitos anabatistas tomaram o rumo de outros cantões suíços, como Appenzell, Berna, Schaffhausen, Basileia e Grisões, onde atuaram também como missionários de sua nova igreja. Os que permaneceram em Zurique passaram a sofrer intensamente com prisões, multas e por vezes, torturas. Logo após, começaram os primeiros julgamentos e execuções por heresia.

A Confissão de Schleitheim

Durante este período, o anabatismo na Suíça esteve fortemente ameaçado de desintegração, pois o círculo original de líderes estava disperso ou havia sido preso ou executado. Fazia-se urgente a unificação e consolidação dos principais pontos da doutrina anabatista, pois a dispersão de seus líderes, por um lado, e a formação de novos, por outro, tornava-se difícil. Com este objetivo, os principais líderes anabatistas remanescentes reuniram-se em assembleia em fevereiro de 1527 em Schleitheim, pequena aldeia situada entre Zurique e Schaffhausen, perto da fronteira entre a Suíça e a Alemanha.

O documento elaborado passou a ser denominado de Confissão de Schleitheim (SIEMENS, 2010, p. 231-232). Bastante conciso, continha apenas sete artigos e seu objetivo principal era dar uniformidade ao movimento anabatista:

- 1) Serão batizados apenas os que andarem na ressurreição, ou seja, os que mostrarem a vida transformada pelo amor de Deus.
- 2) Os membros que retornarem para uma vida de pecado e se negarem a voltar a um discipulado fiel serão excluídos do corpo da Igreja.
- 3) Os que desejarem participar da Ceia do Senhor devem se unir na fé e no batismo de crentes.
- 4) Os cristãos devem viver uma vida santa, ou seja, à parte dos pecados da sociedade ao seu redor.
- 5) A congregação será servida por pastores. Seus deveres consistem em pregar a Palavra de Deus, presidir às celebrações da Ceia do Senhor e ser supervisores, de modo geral, dos membros.

- 6) Os discípulos cristãos devem, em toda e qualquer circunstância, assumir a atitude do Salvador sofredor. Nunca usarão a força ou a violência, nem participarão de guerra alguma.
- 7) Em obediência estrita às doutrinas de Cristo, os membros nunca pronunciarão juramento de qualquer espécie, nem mesmo juramentos civis. Simplesmente deverão afirmar a verdade.

A assembleia de Schleithem teve uma dupla importância: primeiro, a reunião foi realizada com grande êxito, logrou congregar as mais diversas correntes dentro do anabatismo. Tanto conformistas como radicais tomaram parte das discussões na elaboração do texto final aprovado da confissão de fé. Isso deu um caráter bastante uniforme à doutrina anabatista, fazendo-a ser aceita como completa e abrangente pelas mais diversas tendências do movimento.

Depois de 1527, o anabatismo foi duramente perseguido na Suíça. Com o passar do tempo, os que não se integraram na Igreja Reformada, buscaram refúgio em áreas com maior tolerância religiosa, o que diminuiu muito o número de congregações anabatistas na Suíça. Alguns soberanos europeus acabaram aceitando de bom grado a vinda desses imigrantes religiosos para povoar seus países escassamente habitados. Os territórios de maior atração para os anabatistas foram o Palatinado, a Alsácia e a Morávia. Foi essa migração que possibilitou a sobrevivência do anabatismo e sua difusão para outras regiões da Europa, como os Países Baixos. Lá, desde o século XIV, havia uma forte tendência para uma reforma da Igreja. Diversos movimentos de reavivamento, como os sacramentários, a Devotio Moderna e os Irmãos da Vida Comum, prepararam o caminho para os refugiados anabatistas. Na Holanda, os anabatistas encontraram um líder religioso capaz de uni-los, o ex-padre católico Menno Simons.

A liderança de Menno Simons e as colônias isoladas

Menno, por seu estudo metódico da Bíblia, estava profundamente convencido da visão anabatista acerca dos sacramentos, em especial do batismo infantil. Essas convicções foram mantidas em silêncio e só foram

reveladas após o desmantelamento do reino anabatista de Münster. Depois disso, ele decidiu se pronunciar publicamente a favor do anabatismo e liderá-lo. Sua liderança entre os anabatistas holandeses num momento crucial de sua história acabou por fazer com que os anabatistas adotassem a denominação de menonitas, para fugir da conexão existente entre o termo anabatista e o episódio de Münster, e também para fazer uma homenagem ao líder holandês.

O novo líder conseguiu organizar os menonitas e mantê-los unidos com base exclusiva em sua lealdade para com Cristo e de seu amor de uns para com os outros. Essa vida de discipulado os separaria do mundo. Essa separação do mundo era aconselhada através do estabelecimento de colônias isoladas, autossuficientes, com pouco contato com o mundo exterior. Tal isolamento passou a ser mais e mais necessário em razão da perseguição sistemática que os menonitas sofriam.

Regiões inóspitas e pouco povoadas foram sendo procuradas e colônias menonitas foram sendo estabelecidas, muitas vezes com o beneplácito dos soberanos dessas regiões, desejosos de povoar seus territórios com camponeses ativos, para aumentar a riqueza de seus domínios. Várias localidades da Europa acolheram refugiados menonitas, concedendo-lhes liberdade de religião, isenção de prestação de juramentos e de servir nos exércitos do rei. Regiões do centro e do leste da Europa, Prússia, Polônia e Rússia foram sendo ocupadas num período de quase trezentos anos, entre 1549 e 1763 (PENNER, 1995, p. 71).

Uma cultura menonita se desenvolve

O isolamento possibilitou a criação de uma identidade menonita que ultrapassou as fronteiras da religião. Um dialeto próprio, o *Mennoniten Platt*, que carregava a herança da saga dos menonitas por várias regiões da Europa, com elementos de alemão, holandês, lituano e russo foi desenvolvido, ao lado da adoção do alemão standard como língua do culto e da vida pública na colônia. A necessidade de educação favoreceu a criação de um sistema escolar menonita. Também na área da administração das colônias, os menonitas desenvolveram uma tradição de autogestão.

A experiência com pecuária leiteira e com cultivo de cereais fez dos menonitas especialistas na produção de queijos e laticínios e conhecidos na Europa como grandes fazendeiros e colonizadores de pântanos.

Em especial, durante a permanência dos menonitas na Rússia, a vida comunitária dos menonitas se desenvolveu ao máximo. Tanto em termos de quantidade de terras, como do número de habitantes. Nessa fase, houve a ascensão de um confronto entre duas linhas de concepção de vida religiosa. A partir de 1870, emerge um movimento de inspiração pietista que propõe uma renovação na vida religiosa das comunidades menonitas. É a emergência de uma fraternidade, a Igreja dos Irmãos Menonitas, de inspiração fundamentalista, que tenta resgatar uma prática religiosa mais pura e mais rigorosa na observância da prática religiosa. O movimento é de tal amplitude que provoca a cisão das comunidades menonitas e posteriormente a emigração de grandes grupos de menonitas renovados, da Rússia para o Canadá e outros países americanos.

Os Menonitas diante da Revolução Russa

Com a Primeira Guerra Mundial, aumentou o envolvimento dos menonitas com a sociedade russa. Seus hospitais e lazaretos atendiam a muitos que não eram menonitas. A prosperidade econômica das colônias, agora espalhadas por todo o Império Russo, aprofundava os contatos entre os menonitas e a sociedade russa. Grande número de russos era empregado em fazendas, fábricas e residências menonitas. Mas esse bom relacionamento não foi suficiente para transpor as diferenças sociais, culturais e econômicas existentes. Os menonitas muitas vezes se portavam de forma arrogante e superior, comportamento próprio de uma minoria em ascensão, o que causava péssima impressão nos russos, em especial nos mais nacionalistas. Essas atitudes, unidas à sua prosperidade geral, num país onde reinava a miséria e onde a maior parte do povo ainda não tinha acesso à propriedade da terra, levaram as colônias menonitas a terem sérias dificuldades com a eclosão da Revolução Russa de 1917.

Eles eram suspeitos de colaborar com a Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial, porque eram considerados legalmente como

uma minoria alemã dentro da Rússia e o alemão era sua língua principal, apesar de falarem russo. Por serem ricos fazendeiros e comerciantes, fortemente ligados às atividades capitalistas, eram considerados inimigos da Revolução Bolchevique. Com a guerra civil entre os Exércitos Vermelho e Branco, suas propriedades foram invadidas e devastadas. Logo depois, vieram grupos de bandidos armados roubando tudo o que podiam, matando e queimando o que restava (MASKE, 1999, p. 55).

Em 1923, grande número de menonitas russos iniciou um fluxo emigratório para o Canadá, auxiliado por um grupo que já havia se estabelecido nas províncias centrais canadenses em 1874. Os que optaram por permanecer iniciaram a difícil tarefa de reconstruir suas comunidades. Uma organização representativa foi estabelecida em Moscou para servir de negociadora entre o grupo e o governo revolucionário russo e defender os interesses dos que ficaram (DYCK, 1992, p. 172).

Apesar de ter se implantado um regime socialista na Rússia, até 1928 não houve uma ação do governo revolucionário no sentido de confiscar a propriedade rural. Isso se devia à NEP (New Economic Policy), que não implantava ainda o confisco generalizado de todos os bens de produção. Era um tipo de socialismo de Estado que somente encampou as grandes fábricas, os bancos, a produção de energia, a mineração e as comunicações. O comércio, os pequenos empreendimentos industriais e todo o setor agrícola ficaram na mão da iniciativa privada. Inicialmente, com exceção da perseguição religiosa pelo Estado ateuista, as colônias foram menos atingidas.

Mas com a ascensão de Stalin tudo mudou. O ano de 1928 marcou o fim das comunidades menonitas na Rússia. Marcou também o início da saída em massa de alemães da Rússia, entre eles os menonitas, para o Canadá, o Paraguai e o Brasil. A gota d'água, após todos os sobressaltos, foi o primeiro plano quinquenal de Stalin, que começou o confisco compulsório das terras agrícolas e sua coletivização. Com isso, a maior riqueza dos menonitas, a terra, foi definitivamente perdida na Rússia. Numa tentativa de fuga, cerca de 13 mil menonitas se amontoaram nos arredores de Moscou, para aguardar a permissão para deixar a União Soviética (MASKE, 1999, p. 56).

Após difíceis negociações, o governo alemão, que havia tomado a frente nas negociações para defender os seus residentes na Rússia, conseguiu uma permissão para quase metade dos menonitas. Os que não estavam incluídos foram deportados para o interior do país.

Os que conseguiram passar para a Alemanha aguardariam ainda algum tempo num campo de refugiados em Mölln, perto de Hamburgo. A Alemanha não queria receber os refugiados em forma permanente e procurava países que estivessem dispostos a receber os menonitas e dar-lhes isenção de juramento e de serviço militar, dado seu pacifismo religioso. O Brasil se prontificou a recebê-los, mas não iria conceder nenhum privilégio, seja de cunho religioso, seja para que os menonitas tivessem alguma isenção fiscal ou do serviço militar. O Paraguai, muito interessado em povoar o Chaco, em disputa com a Bolívia, concordou com todas as reivindicações dos menonitas. O Canadá decidiu não receber ninguém daquele grupo. Em virtude disso, a maioria optou pelo Paraguai, onde se estabeleceu uma grande e ativa comunidade menonita. Um contingente de 1.300 menonitas optou por vir para o Brasil, apesar de não terem recebido nenhuma concessão em termos de observância religiosa, a não ser a completa liberdade de construir uma instituição eclesiástica independente e de exercer plenamente sua prática religiosa.

A opção pelo Brasil

Quase ao mesmo tempo em que o Paraguai se tornou uma possibilidade real para os refugiados menonitas, uma empresa colonizadora acabou interessando-se por eles: a Sociedade Colonizadora Hanseática (SCH), que nesse momento – 1929-1930 – colonizava largas faixas de terra no sul do Brasil. Essa empresa havia assinado um contrato com o governo de Santa Catarina para a colonização de terras no Alto Vale do Rio Itajaí, na região de Ibirama. Nessa localidade é que se pretendia alocar os menonitas.

Os imigrantes menonitas chegados em 1930 não foram os primeiros menonitas no Brasil. Segundo Brepohl (1927, p. 10), os primeiros menonitas teriam chegado ao país em 1637, acompanhando Maurício de Nassau.

O mesmo autor relata ainda que em 1870, quando da vinda de alemães do Volga para o Paraná, teria vindo um grupo de menonitas entre eles.

A adaptação dos Menonitas ao Brasil

A visão das montanhas da Serra do Mar, cobertas de vegetação tropical, deve ter sido aterrorizadora para os camponeses menonitas, habituados com o relevo plano da Rússia. Preocupações com a sobrevivência foram constantes entre os primeiros menonitas estabelecidos definitivamente no Brasil, pois tudo era novo para esses imigrantes.

Apesar de informados sobre as condições naturais, novas comidas e novas doenças, o impacto do Novo Mundo foi aterrador. Ainda que o local onde os colonos foram assentados não fosse devoluto, já havia sido em parte colonizado por outros grupos de imigrantes alemães; os menonitas tiveram o ímpeto de voltar para a Europa ou seguir adiante para a Argentina. Os diretores da SCH reclamavam dos colonos, considerando-os indolentes e inadaptados para o trabalho, pois, na maioria, eram trabalhadores urbanos ou semiurbanos, que não estavam mais dispostos e nem acostumados com o penoso trabalho de derrubada da mata.

Os colonos menonitas, por sua vez, diziam-se ludibriados pela SCH, que teria lhes oferecido benefícios que não estava disposta a dar. Muitos simplesmente abandonavam as colônias e dirigiam-se para cidades maiores como Blumenau, Joinville, Florianópolis, São Paulo e especialmente Curitiba, onde se dedicavam a ocupações urbanas para as quais estavam mais preparados e onde seriam mais bem remunerados. Já em 1932, há notícias de moças e rapazes menonitas que haviam se empregado como criados e serviçais em residências de famílias teuto-brasileiras em Curitiba. Também em 1936 foi fundado o primeiro colégio menonita de Curitiba, o Colégio Erasto Gaertner, no bairro do Boqueirão, para atender a demanda por educação apresentada pela pequena congregação menonita local. O Colégio atendia também a população local e já adotava o currículo oficial do Estado do Paraná, mas teve de ser temporariamente fechado em razão das leis de nacionalização do Estado Novo.

Além das dificuldades com a adaptação na nova terra, antigos conflitos entre os menonitas passaram a atormentar os recém-chegados. Por volta de 1850, ainda na Rússia, ocorreu um grande cisma na Igreja Menonita. Esse fato ocorreu em decorrência da forte influência pietista que começava a promover um intenso reavivamento religioso entre os menonitas. Os partidários desse movimento conservador exigiam uma forma mais simples de organização comunitária, a comunidade de irmãos (*Brüdergemeinde*), da qual participavam os convertidos e que normalmente agregava os elementos mais pobres e desfavorecidos economicamente. Ao mesmo tempo, incentivavam o retorno ao estudo da Bíblia e o desligamento dos assuntos mundanos. Os que permaneceram na igreja antiga, a *Kirchengemeinde* (comunidade eclesiástica), eram, em geral, defensores de um posicionamento mais liberal nos costumes e mais aberto com outras comunidades cristãs. Também agregavam em geral os membros mais instruídos e prósperos da comunidade. Em Santa Catarina, a cisma e a rivalidade retornou com força e contribuiu para que muitas famílias decidissem abandonar a colônia e se dirigissem para Curitiba. Isso resultaria na dissolução do projeto de colonização menonita em Santa Catarina no início dos anos 1950.

A construção de uma identidade eclesial menonita no Brasil: o papel da escola

A principal concentração de menonitas passou a ser o Paraná, onde os menonitas fundaram inicialmente duas colônias em Curitiba, nos bairros do Boqueirão e de Vila Guaira. A partir dos anos 1950, fundaram uma nova colônia, Witmarsum, no município de Palmeira, a meio caminho de Curitiba e Ponta Grossa. Nos tempos atuais, pode-se considerar que Curitiba acabou por se desenvolver no principal centro do movimento anabatista-menonita no Brasil. Para consolidar a identidade menonita, foi necessário lançar mão de um importante instrumento, muito conhecido pelo grupo, para este fim: a instituição escolar.

Tanto na Rússia, como nos outros países com forte presença menonita (Canadá, México, Estados Unidos, Brasil e Paraguai), a forma de

organização do grupo era em colônias agrícolas fechadas com administração própria. Normalmente toda a comunidade menonita tinha instituições que possibilitavam a permanência da colônia: cooperativas, hospitais, asilos, igrejas e escolas. Em especial, a escola estava imbuída de um papel bastante importante em relação à construção da identidade coletiva do grupo menonita.

As fontes históricas que nos levam a fazer a arqueologia da escola menonita no Brasil são o jornal *Die Brücke*, meio informativo fundado logo no primeiro ano no Brasil. Nesse periódico, poucos são os números que deixaram de incluir algum artigo ou notícia acerca da questão escolar. Da mesma forma, nas atas das reuniões realizadas pela diretoria da colônia menonita em Santa Catarina, poucas vezes não encontramos discussões e decisões relativas à escola.

Segundo Klassen (1995, p. 319), ainda no primeiro ano de estada dos menonitas no Brasil (1930), teve lugar uma assembleia geral entre os membros da colônia em que se discutiram as circunstâncias de instalação, o mais breve possível, de uma escola para as crianças menonitas na localidade de Krauel. Ficara firmado que uma determinada área na região central da colônia seria destinada para a construção da escola, a qual todas as crianças poderiam frequentar. Logo após, começou o trabalho de limpeza e desmatamento do terreno, em regime de mutirão. O *Die Brücke* anuncia o fim dos trabalhos de desmatamento do terreno da escola em setembro de 1930. Na mesma edição, observou que o número de alunos estaria em torno de 90. Esse alto número de estudantes dificultaria o trabalho do professor. Seria melhor construir uma escola para duas classes e não só para uma, como havia sido anteriormente planejado. Com isso, seria necessário contratar mais um professor. Fez-se necessária também a eleição de uma comissão educacional para estabelecer as diretrizes de funcionamento do sistema escolar. O rápido desenvolvimento da instituição escolar causava satisfação nos menonitas, tendo em vista as dificuldades de colonização, mas também satisfazia os visitantes, como o *Die Brücke* nos informa¹. Segundo o editor, o prefeito de Blumenau e os cônsules alemães de Porto Alegre e Florianópolis se expressavam favoravelmente ao empreendimento.

¹ *Die Brücke*, janeiro e fevereiro de 1933.

Sabemos também que os menonitas tiveram apoio externo para concretizar o projeto escolar. Segundo Klassen, a diretoria da colônia mantinha estreito contato com os menonitas da Holanda, de onde recebiam constantemente fundos para a obra escolar. O governo alemão também tinha interesse em fomentar a vida cultural nas colônias alemãs na América do Sul e manter o nível das escolas o mais alto possível. Para tal, a comissão educacional dispunha de recursos respeitáveis, que foram revertidos em bibliotecas, material didático, material para construção e salários para os professores. Bolsas de estudo também foram concedidas para mandar rapazes e moças ao seminário pedagógico de Blumenau.

Em 1933, já existiam seis escolas de nível fundamental no núcleo colonial menonita em Santa Catarina, com 274 alunos. Da mesma forma, como já citado, em 1936 foi fundada em Curitiba a escola menonita do Boqueirão, hoje Colégio Erasto Gaertner, para os filhos dos menonitas que começavam a abandonar Santa Catarina em busca de melhores oportunidades econômicas. Em 1936, havia 20 alunos estudando nessa escola.

O relato do professor David Enns é bastante esclarecedor sobre as primeiras experiências de lecionar em uma escola da zona colonial:

Em 8 de janeiro de 1931 foi o primeiro dia de aula, o primeiro dia de trabalho com nossas crianças. Vieram 42 alunos, 22 eram iniciantes com idades variando de 7 a 11 anos. Os outros 20, maiores, vinham de 17 diferentes regiões da Rússia. Um verdadeiro caleidoscópio de educação e conhecimento (KLASSEN, 1995, p. 320).

Com relação o ponto de vista do cotidiano escolar, vale a pena conhecermos o depoimento de uma aluna, Elisabeth Toews:

No tempo em que freqüentei a escola, tínhamos um professor chamado Kornelius Funk. Nós, crianças, gostávamos muito dele, apesar de ser muito rigoroso conosco. Mas ele tinha que nos levar com firmeza, pois do contrário, ele não daria conta da turma, que era muito numerosa. Infelizmente não me lembro mais quantos alunos éramos. Nossa principal matéria era a língua alemã, mas tínhamos também uma cartilha brasileira. Todos os alunos tinham uma lousa de ardósia. Durante a aula o professor circulava entre os bancos e se ele pegasse alguém cochichando, o coitado levava umas varadas. É, ordem existia na escola. Pouco tempo depois recebemos outro

professor. Seu nome era Peter Friesen. Nós gostávamos muito dele, pois brincava conosco durante o recreio (PAULS Jr., 1980, p. 6).

Podemos observar nos depoimentos a caracterização geral da noção de escola, da clientela e das condições que os colonos tiveram que enfrentar para criar uma instituição escolar, considerada essencial para a manutenção da identidade e coesão do grupo. Percebemos que a origem dos alunos era bastante diversa. Oriundos de diferentes localidades da Rússia e de diferentes escolas, deveriam todos ser integrados, dentro do possível, em uma nova realidade escolar.

Percebemos também que, apesar do rigor e muitas vezes violência, o que seguia o padrão da maioria das escolas daquele tempo, havia uma tentativa de interação de professores e alunos. De qualquer forma, a escola não parecia ser um castigo, mas um lugar bastante agradável. Com isto, haveria a possibilidade de tornar o ambiente escolar um lugar de acolhimento, que seria posteriormente relacionado com a identidade alemã e menonita. Percebemos também a grande valorização dada à língua alemã, mecanismo básico para a manutenção do arcabouço cultural menonita. De forma semelhante, percebemos nas fontes que a ideia de uma permanência definitiva no Brasil não agradava a muitos, pois o contato com a realidade brasileira foi, para alguns, decepcionante. Havia sempre a possibilidade de um retorno para a Alemanha ou uma nova migração para o Canadá.

Ainda que o currículo da primeira escola menonita tivesse “uma cartilha brasileira”, não era demonstrado muito empenho no estudo da língua portuguesa, nem que houvesse uma séria tentativa de ensiná-la para as crianças, no intuito de facilitar sua integração na sociedade brasileira. Eram hóspedes e como tal gostariam de ficar. Possivelmente o turbilhão no qual os menonitas se viram envolvidos, por causa da situação política na Rússia e de sua virtual expulsão e da situação de apátridas para muitos deles, não os deixava refletir acerca desse tema. De qualquer forma, é surpreendente que tenham se agilizado para estabelecer sua própria escola, pois poderiam ter esperado a ação do governo estadual de Santa Catarina nesse sentido.

Na verdade, isso se deve ao grande interesse e preocupação por parte dos menonitas em manter a escola particular, sob o controle da comunidade menonita, como veículo de preservação de sua identidade religiosa. Isso,

no entanto, acabou por responder também aos anseios de preservação da identidade étnica alemã, e não apenas da identidade religiosa. Essa devoção, como em breve veremos, não pôde deixar de ser observada pelas autoridades brasileiras, quando em 1938, suas escolas foram fechadas em razão das leis de nacionalização implementadas pelo governo Vargas.

A diretoria da colônia menonita observou rapidamente qual a situação da escola no Brasil. Sabia que a promessa feita aos primeiros imigrantes ainda no século XIX – de que teriam escolas públicas gratuitas – não se cumprira. Os próprios colonos tiveram a tarefa de se organizar e providenciar a educação de seus filhos. Afinal, pensavam os colonos menonitas: ‘como o governo atrairia professores bem preparados e construiria escolas bem equipadas para os imigrantes, se nem sequer tinha competência para atender aos brasileiros natos?’. Já acostumados a manter eles mesmos suas próprias escolas na Europa, os menonitas nada esperaram de ajuda governamental. Prepararam-se então para oferecer a melhor educação possível para seus filhos, em escolas privadas, dentro de sua tradição ancestral.

A questão do ensino da língua portuguesa

Ao mesmo tempo, era necessário que pelo menos os professores aprendessem a língua portuguesa o mais rápido possível, além de incluí-la no currículo escolar. A questão do aprendizado do português é uma constante nos primeiros tempos dos menonitas no Brasil. O jornal *Die Brücke* traz inúmeras referências à necessidade de aprender a língua nacional, pois isso era importante para facilitar e acelerar a integração no novo ambiente, no qual os menonitas passariam a viver. Devemos destacar que os exames de proficiência aos quais os professores eram submetidos pela Secretaria de Instrução Pública de Santa Catarina eram aguardados com ansiedade e as aprovações festejadas.

O governo federal acabou por encaminhar ajuda nessa questão do aprendizado da língua portuguesa. Foi mandado um professor de português em tempo integral para a escola de Witmarsum para ajudar nos trabalhos de ensino da língua para todos os adultos interessados e para

os professores em particular². O governo brasileiro, após a solicitação do diretor da colônia, encaminhou ainda outros profissionais para auxiliar nessa tarefa. Nesse período, a partir dos anos 1930, houve uma maior preocupação por parte de setores da elite de acelerar a integração das comunidades imigrantes, tendo em vista o início das tensões internacionais envolvendo Alemanha, Itália e Japão, países com grandes contingentes entre os imigrantes que o Brasil recebera.

O *Die Brücke* relata que a visita de inspetores de ensino vindos de Blumenau e Florianópolis era bastante frequente. A relação com estes era bastante amistosa, segundo o jornal. Os inspetores ficavam impressionados com a solidez, conforto e limpeza dos prédios.

Mas economicamente as coisas não iam bem. Diferentemente de Blumenau ou Joinville no litoral, as colônias alemãs do médio e alto vale do Rio Itajaí não tiveram o sucesso esperado. Isso também se aplica aos menonitas. Grandes dificuldades de adaptação ao clima e às condições geográficas de Santa Catarina não demoraram a surgir. A agricultura nas serras catarinenses era indecifrável para os habitantes das estepes russas. É interessante notar que quanto mais as condições econômicas se deterioravam nas colônias, mais eles se apegavam à ideia de ampliar os serviços educacionais.

A escola secundária

Logo surgiu a necessidade de construir uma grande escola secundária para os adolescentes e jovens adultos, a *Zentralschule*, no modelo escolar que os menonitas tinham na Rússia. Depois de concluir a escola secundária, alguns poderiam frequentar uma universidade no Brasil mesmo ou na Alemanha. Havia demanda por agrônomos, engenheiros, médicos e professores nas colônias alemãs e os jovens precisavam ter essa oportunidade. Com o intuito de dar impulso a esse plano, já em 1931, foi convocada uma reunião para estabelecer as precondições para a construção da escola secundária. Cogitou-se buscar patrocínio com menonitas da

² *Die Brücke*, outubro e novembro de 1932. p. 7.

Holanda e da Alemanha, que já haviam dado sinal de interesse na questão. Por fim, questões menores, como as regras de conduta dos futuros estudantes e rivalidades entre os colonos se tornaram decisivas e o projeto não foi adiante. Pior para os estudantes, pois quem quisesse completar o curso secundário teria de se dirigir a Blumenau e estudar no Colégio Santo Antônio, dirigido por franciscanos alemães ou para o Colégio Sinodal, dos luteranos, em São Leopoldo (MASKE, 1999, p. 122).

Apenas em 1933 é que foi novamente levantada a questão da escola secundária e dessa vez, apesar dos contratempos, foi possível completá-la. Em 1935 a escola entrou em funcionamento com 35 alunos. Foi planejado um curso de quatro anos, segundo o currículo da escola alemã de Blumenau, previamente aprovado pela Secretaria de Instrução Pública de Santa Catarina. Esse currículo abrangia os seguintes conteúdos: a) em alemão: língua alemã, religião, geografia, matemática, biologia, física, música, história mundial e história menonita; e b) em português: língua portuguesa, história do Brasil e geografia do Brasil. A ideia era atrair também alunos não menonitas, interessados em uma educação cristã de bom nível, principalmente entre os filhos de outros imigrantes alemães e de teuto-brasileiros residentes na região das colônias. Sabemos que a escola teve grande número de alunos de outras denominações, em virtude da falta de oferta de escolas na região, tanto públicas quanto privadas. Os menonitas temiam não poder manter financeiramente a escola, o que explica a abertura para não menonitas, o que historicamente era raro entre o grupo.

A influência do nacional-socialismo

A partir de 1937, a escola secundária passou a sofrer influência das ideias dos nazistas no que se refere à educação. As colônias menonitas não estavam fechadas. Mantinham contato frequente com a Alemanha e com outros grupos menonitas pelo mundo, por meio de jornais, cartas, rádio e viagens. Alguns visitantes também começam a chegar, entre eles novos professores formados na Alemanha nacional-socialista. Esses novos professores passaram a ter uma grande influência na escola secundária,

que deveria ser reformulada segundo os padrões educacionais da Nova Alemanha de Hitler. As mudanças teriam como resultado o reconhecimento do diploma concedido pela escola secundária menonita e daria ao aluno a oportunidade de frequentar um curso superior em universidade alemã (KLASSEN, 1995, p. 324-329). De qualquer forma, o ensino religioso seria preservado, mas outros conteúdos seriam integrados. O dever da escola seria formar o caráter do estudante, fortalecendo sua identidade nacional alemã e aderindo aos princípios do nacional-socialismo.

Havia uma grande preocupação entre os novos professores, profundamente imbuídos dos conceitos nazistas, de que o ideal “cristão-germânico” estaria em grande perigo no Brasil. Os alemães e descendentes deixavam-se assimilar rapidamente. Como exemplo disso, citavam o “baixo nível moral” dos teuto-brasileiros, dados ao alcoolismo e sua “frágil estrutura física”, sinal de um retrocesso em seu desenvolvimento. Casamentos com não alemães iriam levar à perda da identidade do grupo. Vermes, malária, doenças venéreas e perda de dentes eram também sinais disso (KLASSEN, 1995, p. 329).

Os professores nazistas tinham a intenção de transformar a escola secundária em um internato, aproveitando seu grande poder de influência entre os colonos. Com a reforma e seu reconhecimento pelos governos alemão e brasileiro, o acesso a universidades alemãs e brasileiras ficaria facilitado para os estudantes menonitas. Essa parece ser a razão da grande aceitação por parte da comunidade menonita, que se preocupava em ver ampliado o leque de possibilidades de sobrevivência para seus filhos. Havia um grande interesse de receber também estudantes menonitas do Paraguai. Mas percebemos também em alguns líderes uma grande preocupação com a forte presença de nazistas, em especial de menonitas nazistas, nas colônias de Santa Catarina.

A perda da Escola Menonita Tradicional

A busca de adequação do sistema escolar menonita no Brasil ao sistema oficial alemão não passou despercebida pelo governo brasileiro. A partir de 1938, as escolas menonitas começaram a se tornar alvo da

repressão do Estado Novo contra instituições de ensino particulares de origem estrangeira e regidas por estrangeiros. Durante todo o ano de 1938 foram decretadas leis pelo interventor Nereu Ramos, buscando coagir as escolas a se adaptar a esses novos tempos. As escolas menonitas tiveram grande dificuldade em se adaptar. Segundo o último número do *Die Brücke*, houve uma reunião da assembleia de colonos para decidir qual seria a atitude mais sensata. O redator do jornal expressou sua opinião dizendo que parecia ser uma situação fatal e não via outra saída senão o fechamento das escolas. De fato, conforme Monteiro (1979, p. 107), todas elas foram fechadas pelo fato de não cumprirem a legislação, principalmente em relação ao currículo em língua alemã, e de os diretores serem todos estrangeiros.

Em seu lugar, foram estabelecidas escolas estaduais. Estas, em geral, foram instaladas nos antigos prédios das escolas menonitas e adotaram definitivamente o currículo escolar oficial do Estado de Santa Catarina. Para exemplificar a situação resultante, é interessante notarmos o depoimento de uma aluna, citado em Pauls Jr. (1980, p. 9-10):

A questão da escola se tornou um problema para nossos pais. Nossa escola foi assumida pelo governo estadual e nossos professores alemães foram demitidos e substituídos por apenas um único professor brasileiro. Nada teríamos contra ele, se fosse um professor bem instruído e comprometido com nosso progresso. Teríamos então uma boa educação em língua portuguesa, avançaríamos em nossos estudos e teríamos uma integração mais rápida na nova pátria. Mas neste país não são enviados bons professores para o interior. O nosso novo professor, imaginem, não tinha sequer concluído o curso primário! Nosso professor João Barbosa não sabia nem a tabuada, que dirá o restante! Nós os alunos mais velhos, que ainda havíamos estudado com os professores alemães, sabíamos matemática melhor do que ele. Até os pequenos, que só tinham estudado durante um ano com os professores antigos sabiam mais do que ele. Em questões de disciplina, ele também ficava a desejar. Os meninos maiores resolviam rapidamente as questões e ficavam indisciplinados, brincando e conversando. O professor se irritava e os deixava trancados após as aulas. Quando voltava para soltá-los, eles já tinham fugido pelas janelas ou pelo telhado e sumido pelos morros. Mas tínhamos gincanas, festas e balões, o que era muito divertido.

Após a Segunda Guerra Mundial, a política de nacionalização de Vargas foi, em parte, revogada. No entanto, as escolas menonitas de Santa Catarina não mais retornaram para seus antigos proprietários. Os menonitas, quase todos, já haviam abandonado as colônias de Santa Catarina e se dividido em dois grupos. Um grupo, menor, foi para uma nova colônia (Colônia Nova), perto de Bagé, no Rio Grande do Sul. Outro, maior, foi para Curitiba, onde se dedicou a diversas atividades, mas principalmente à pecuária leiteira. Posteriormente, foi comprada uma fazenda no Município de Palmeira, onde foi instalada uma nova colônia, que foi chamada de Witmarsum, como a primeira em Santa Catarina.

A razão da saída de Santa Catarina foi principalmente o insatisfatório desenvolvimento econômico que as colônias menonitas lá atingiram. Este pouco desenvolvimento foi ocasionado pela falta de infraestrutura, pela terra inapropriada, pela falta de capital para maiores investimentos e pela dificuldade de adaptação dos menonitas ao cenário geográfico de Santa Catarina. Também as rivalidades entre os diferentes grupos religiosos, liberais e conservadores, entre os menonitas tiveram um papel importante na dissolução das colônias.

Quanto à questão escolar, das escolas que haviam sido fechadas pelo governo brasileiro, apenas a Escola do Boqueirão, em Curitiba, fundada pelos re-migrantes de Santa Catarina, retornou às mãos dos fundadores, logo depois da Segunda Guerra Mundial. No entanto, o antigo currículo não mais retornou, por força de lei. A escola adotou o currículo da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, no qual a língua alemã figurava como língua estrangeira. Em Colônia Nova e em Colônia Witmarsum foram fundadas escolas particulares, depois estadualizadas, seguindo os currículos propostos pelos seus respectivos estados.

Conclusão

À guisa de conclusão, observamos como a escola foi um veículo de preservação da identidade religiosa e étnica entre os menonitas no Brasil. Percebemos que sem a escola, talvez seria mais difícil para os menonitas manter sua coesão enquanto grupo religioso independente e como

instituição eclesial. De fato, sem a escola, os menonitas no Brasil passaram por um intenso processo de integração à sociedade brasileira.

Referências

BREPOHL, F. W. **Die Wolgadeutschen um Brasilianischen Staate Paraná – Festschrift zum Fünfzig-Jahr-Jubiläum ihrer Einwanderung**. Stuttgart, 1927.

CONFISSÃO DE AUGSBURGO. Porto Alegre: Editora Concórdia & Sinodal, 1986.

DYCK, C. J. **Uma introdução à história Menonita**. Campinas: Editora Cristã Unida, 1992.

KLASSEN, P. P. **Die Russlanddeutschen Mennoniten in Brasilien**. Weierhof-Bolanden: Mennonitischen Geschichtsverein, 1995.

MASKE, W. **Bíblia e arado: os Menonitas e a construção de seu reino**. Um estudo sobre a integração dos imigrantes Menonitas no Brasil. 1999. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

MONTEIRO, J. **Nacionalização do Ensino em Santa Catarina (1930-1940)**. 1979. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

PAULS Jr., P. **Mennoniten in Brasilien**. Palmeira: Editora do Autor, 1980.

PENNER, H. **Weltweite Bruderschaft: ein Mennonitisches Geschichtsbuch**. Weierhof-Bolanden: Gerlach Verlag, 1995.

SIEMENS, U. (Org.). **Quem somos? 1930-2010: a saga Menonita**. Curitiba: Editora Evangélica esperança, 2010.

Recebido: 02/06/2011

Received: 06/02/2011

Aprovado: 06/07/2011

Approved: 07/06/2011